



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 69ª
(SEXAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 2 DE SETEMBRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 68ª Sessão Ordinária.

Passa-se aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei muito breve. Tenho apenas duas questões a abordar. Quero, inicialmente, manifestar o meu apoio aos concursados da Procuradoria que estão aqui na Casa e dizer que sempre apoiei o concurso público, que considero uma das melhores formas para se fazer a qualificação, a classificação e a nomeação de servidores públicos. Manifesto, portanto, meu total apoio. Acredito que a Procuradoria do Distrito Federal é, sem dúvida, um dos grandes órgãos que temos para auxiliar o Executivo. Tenho grandes amigos lá e sei da importância desses profissionais para a qualificação do serviço público e boas políticas públicas. Naquilo que for necessário, podem contar com meu gabinete.

Sr. Presidente, eu queria manifestar minha estranheza com o veto de algumas propostas que apresentei à LDO. Vou ler as minhas emendas que foram vetadas. Apresentei uma emenda ao art. 1º que fala o seguinte: "Esta lei estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, compreendendo..." Aí, vêm os parágrafos 1º e 3º e incisos. Então, inseri o art. 5º, que diz: "...obedecer à diretriz de redução da desigualdade de gênero e etnias raciais", e o Governador vetou. Quer dizer que o atual governo não deseja estabelecer as igualdades étnicas do Distrito Federal nem as de gênero, não é? Tudo bem. Ele vetou também a emenda ao art. 1º, que estabelece diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, compreendendo... Aí, vêm os arts. 1º e 2º e os incisos. E eu inseri um inciso que assegura os recursos necessários à execução de políticas e programas destinados à proteção e à defesa da criança, do adolescente, da pessoa com deficiência e do idoso. Ele vetou também. Quer dizer, crianças, idosos e pessoas necessitadas não devem estar na LDO. Eu queria ler ainda uma outra aqui que foi vetada. Desculpem-me até estar rindo, mas, realmente... Acho que nem preciso ler as outras, pois o absurdo que já aconteceu aqui é suficiente para a gente entender a total desorientação que está acontecendo com relação às políticas públicas do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Alírio Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, em rápidas palavras, quero aqui apenas manifestar – não sei se chamo isto de alegria ou de tristeza – que me causa estranheza a postura de algumas pessoas que hoje fazem parte do governo e se dizem aliadas dele, mas que, infelizmente – parece-me –, contribuem muito, mas muito, para a desunião da nossa coligação. Em um momento tão sensível como esse, acho que as pessoas têm de pensar no conjunto, em uma aliança e em uma base que realmente nos deem possibilidade de caminhar em frente com os nossos projetos. Ações como algumas que têm acontecido dentro do governo... É bom que o nosso Governador observe, porque, talvez, essas pessoas, esses lobos vestidos de chapeuzinho vermelho – podem ter certeza absoluta – podem estar contribuindo para o fracasso deste governo. Seria bom que o Governador visse de perto determinadas atitudes, porque não contribuem em nada – volto a dizer – para a união, para o crescimento dessa aliança e para a vitória daqueles que apostam em um projeto muito bem-intencionado.

Portanto, eu queria chamar a atenção, hoje, dos meus pares, eu queria chamar a atenção do Governador, para que, de fato, ele olhe bem, observe bem quem realmente está do lado dele e quem apenas finge que está, porque daqui a pouco vai ser tarde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Wellington Luiz e parabênizo S.Exa. por seu pronunciamento.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui saudar a galeria, todos os concourseiros do Distrito Federal que estão presentes. Sejam bem-vindos à Câmara Legislativa. Quero saudar, também, o pessoal da Procuradoria – os aprovados da Procuradoria do Distrito Federal.

Sr. Presidente, antes de fazer meu pronunciamento, quero pedir ao Governo do Distrito Federal o seguinte: temos um concurso da Procuradoria do Distrito Federal que tem 42 aprovados e 60 vagas. Sabemos, hoje, o quanto esse trabalho é fundamental para o Distrito Federal – eu fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Sabemos o que é o sistema prisional, o que é o sistema de saúde, hoje, sem o apoio da Procuradoria. Ele praticamente iria parar. Hoje, existe um trabalho paralelo ao trabalho que está sendo feito dentro da Comissão de Direitos Humanos graças à Procuradoria do Distrito Federal. Nós sabemos que eles só não fazem mais esse trabalho pelo pequeno efetivo que hoje existe de advogados e procuradores do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Distrito Federal. Então, a gente deixa aqui um apelo, porque há uma obrigação legal quando existe a vaga. Nós fizemos um requerimento de informação. São 60 vagas. Inclusive, existem 42 aprovados. Então, queremos saber do Estado qual a data de chamamento para tomarem posse essas 42 pessoas que estão aprovadas, que são os procuradores.

Eu queria falar sobre outro tema também, Sr. Presidente: quero falar sobre os rodoviários do Distrito Federal. Sr. Presidente, tenho falado aqui nesta tribuna, e não é de agora, é desde o momento da licitação do Distrito Federal. A licitação tinha um foco voltado aos empresários. Por que, Sr. Presidente? Na licitação, nós diminuimos a frota. Se a gente diminui a frota, se o número de ônibus já não dá conta de transportar o número da população, V.Exa. imagina diminuindo a frota! Eu falava aqui sobre a mudança do motor. Deveria ser um motor traseiro, e no edital eles fizeram uma adaptação e botaram um motor dianteiro. Sr. Presidente, são pequenos detalhes. Nós falávamos aqui da fraude que aconteceu na licitação do transporte público do Distrito Federal. Agora começamos a ter os resultados judiciais de muitas das coisas que eu trouxe a esta tribuna.

A Justiça do Trabalho condenou o Governo do Distrito Federal e a Viação Planeta a pagarem 20 milhões de reais de indenização pelas péssimas condições de trabalho, coisa que deveria ter sido vista já no edital, que se diz edital voltado para o povo e para os trabalhadores. Não foi nem para o povo nem para os trabalhadores, foi para os empresários, que meteram a mão no dinheiro e sequer estão cuidando da população do Distrito Federal. Hoje cedo, Sr. Presidente, eu estava lá no terminal do Paranoá. Não tem um lugar aqui no Distrito Federal a que vou em que não se mudaram os horários. Ônibus que passava de meia em meia hora, de quarenta em quarenta minutos, agora é de hora em hora, de duas em duas horas. É claro, nós diminuimos a frota. As ações judiciais começam acontecer para, realmente, o governo indenizar essas péssimas condições de trabalho. Isso poderia ter sido corrigido se esse edital não fosse de apadrinhamento para os coronéis que continuam cuidando do transporte público do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu gostaria de trazer mais: os rodoviários foram jogados, no final da W/3 Norte, em um estacionamento provisório, por conta da Copa, que aconteceu no Mané Garrincha, onde os rodoviários utilizavam um espaço asfaltado. É para quem faz meia viagem. Para quem não sabe o que é fazer meia viagem: é aquele motorista que acorda 3 horas da manhã, que às 4 horas está no terminal para buscar os passageiros às 5 horas. Depois ele larga o ônibus e leva esse passageiro para casa às 18 horas. Esse ônibus fica estacionado. E esse rodoviário fica jogado naquele lugar, que nem sequer tem banheiro. Então, eu acho que temos realmente que cuidar do trabalhador que transporta pessoas. Como queremos que o rodoviário trabalhe bem-humorado se ele não tem nem um banheiro? Sr. Presidente, eu fiquei lá. Em meia hora que fiquei lá, a poeira dos ônibus saindo e entrando é tão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

grande, que você começa a passar mal. E é essa a condição de trabalho que está sendo imposta a esses rodoviários.

Nós estamos entrando com uma representação no Ministério Público do Trabalho para que o Governo do Distrito Federal tome providências, porque para construir estádio milionário tem dinheiro, para construir um banheiro para um trabalhador que vai carregar milhares de pessoas... Não tem condição, Sr. Presidente.

Quero trazer mais uma demanda: nós temos os rodoviários que trabalham nas cooperativas que nem sequer foram contemplados com o aumento que houve para a categoria. E esse aumento para a categoria até agora não foi homologado. E é impressionante como o sindicato não falou nada até agora. Eu queria ver se o governo não fosse do PT, se ele já não tinha entrado em cima de um trio elétrico gritando, porque até agora o contrato não foi homologado. Eles estão recebendo, mas não foi homologado ainda. Então, eu estou pedindo aqui, nesta tarde, que esse contrato seja homologado pelas empresas. E que eles assinem, porque eles já estão pagando. Se já estão pagando, o que falta para assinarem? Vamos assinar o contrato da homologação do aumento.

Na próxima terça-feira, estaremos aqui com os cooperados, que também são rodoviários, são 6 mil trabalhadores. Esses trabalhadores têm péssimas condições de trabalho e vão aos locais mais distantes, atendendo à população do Distrito Federal, mas eles também precisam de serviços do Poder Público. Então, eu acho que é importante entendermos esse momento por que passa o transporte público. Porque quando piora a condição de trabalho, quando piora o tamanho dos ônibus... Os ônibus diminuíram, Sr. Presidente. Está todo mundo aqui reclamando da falta de transporte na área rural, mas eu falei que isso iria acontecer há dois anos. Nós estamos falando aqui que não há atendimento na área rural. Eu quero dizer que não é só na área rural, Sr. Presidente, na área urbana também. Hoje, eu fiquei no Paranoá. Os ônibus já saem do Itapoã lotados. Quando eu vi o ônibus parando, eu falei: quem mais vai entrar aí dentro? Não cabe mais ninguém. E o rodoviário falou: "Mas a nossa rota tem que passar, Deputada". Por que não sai um ônibus vazio do Paranoá para a população do Paranoá? Será que a população não merece um transporte de qualidade? E tinha. Então, Sr. Presidente, o que pedimos, no mínimo, é que as linhas que existiam retornem, até que esse imbróglio judicial aconteça, porque as tarifas aumentaram trinta centavos. Ninguém está sentindo, porque o aumento está sendo subsidiado pelo governo. Mas quem paga essa conta é a população, de uma forma ou de outra; diretamente, quando o GDF passar isso para vocês pagarem, ou subsidiando, como ele tem feito. Sr. Presidente, era esse o meu pronunciamento.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência agradece à nobre Deputada Celina Leão.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu passei a manhã de hoje na cidade onde moro, que é Ceilândia, visitando mais uma vez o Setor de Indústria de Ceilândia. E lá em Ceilândia, Deputada Arlete Sampaio, há muita coisa que a população do restante do Distrito Federal não conhece e, por desconhecer, não sabe como é. Nós temos, Deputado Agaciel Maia, uma fábrica de brinquedos de parque e eles fabricam para o Brasil inteiro. E os brinquedos fabricados por eles não deixam nada a dever aos que são fabricados na Argentina e na Alemanha. Eu vi que eles estão construindo uma torre de um brinquedo que vai para a Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, que custa 2 milhões e 500 mil reais. Está com mão de obra qualificada. Portanto, é algo fenomenal: 2 milhões e 500 mil reais é o quanto custa esse equipamento. A empresa é a Fabripark. Quem trabalha ali é um jovem de trinta e poucos anos cujos familiares sempre lidaram com parque, e ele resolveu se especializar na área de construção. Esse é o exemplo de nossa Ceilândia.

Eu vi outra empresa, a DMS, que precisa ser apoiada. É uma empresa que trabalha na área ambiental. Eles recolhem os óleos das caixas de resíduos dos postos de gasolina, levam para a empresa, reciclam, e devolvem aos postos a água tratada. Aos resíduos eles dão uma destinação correta. A areia que eles encontram nas caixas de resíduos dos postos eles transformam em tijolos. Além disso, estão recolhendo as lâmpadas fluorescentes, que antes eram jogadas nos lixões, e levando para São Paulo para serem recicladas. É mais uma criação, é mais uma empresa da nossa querida cidade de Ceilândia.

Dito a respeito desses dois assuntos, Sr. Presidente, quero abordar outro assunto que está me preocupando muito. Eu acho que a Justiça do Distrito Federal e a Justiça do Brasil precisam ter limites no julgamento dos processos. Eu encontrei há pouco um grupo de bombeiros que está aqui na Casa pedindo apoio – cerca de quatrocentos. Em 2011, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal abriu concurso. Alguns, cerca de quatrocentos, entraram para o curso de formação por meio de liminar. Eles se formaram e foram empossados por meio dessa liminar. Alguns desses profissionais hoje são cabos. Portanto, eles passaram na hierarquia, e agora caiu a liminar, três anos depois de ingressarem no Corpo de Bombeiros e de fazerem carreira ali. Para formar um bombeiro, o Estado gasta cerca de 150 mil reais. E agora está vindo o desligamento deles. Quem vai pagar isso? E o prejuízo da vida deles durante os três anos em que ficaram à disposição do Corpo de Bombeiros? É muito fácil, Deputado Prof. Israel Batista, o juiz conceder uma liminar e depois não cuidar dela. Ele concedeu uma liminar, e o tribunal deveria ter cuidado dela em, no máximo, oito dias, mantendo ou não a liminar, e não esperar três anos para julgá-la, derrubando-a e atrapalhando a vida dessas pessoas. Porque é fácil dar liminar. Para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

qualquer ação que você entre na Justiça, sai uma liminar. Mas depois o julgamento dá nisso. São sonhos que estão sendo interrompidos. É gasto público com o qual a sociedade contribuiu financeiramente através dos nossos impostos. São cerca de 150 mil reais para formar uma pessoa. Bota isso na ponta do lápis. Quanto custaram esses que agora estão sendo desligados? A sociedade vai ficar privada desse serviço. Eles, com as vidas destroçadas, e o Estado, com o prejuízo. Isso é de uma gravidade...! Eu acho que é preciso que o Poder Judiciário brasileiro tenha limites no que tange a julgamentos. O mesmo vale para outras ações, como as ações trabalhistas que estão tramitando no Tribunal Superior do Trabalho desde o tempo do Império. Até os tataranetos dos originários da ação já morreram, e as ações continuam tramitando lá. Portanto, precisamos ter coragem de modificar a ação do Poder Judiciário brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Em primeiro lugar, eu queria dialogar com o Deputado Alírio Neto, mas S.Exa. não está mais presente, para dizer que eu não sei exatamente as motivações – porque eu não li ainda a mensagem – que levaram o Governador a vetar alguns itens de emenda que o Deputado Alírio Neto fez à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Obviamente não foi pelas razões que o Deputado aqui apontou. Um governo que cria uma secretaria de políticas de igualdade racial, um governo que cria uma secretaria de políticas para mulheres, evidentemente, não vai retirar recursos dessas áreas, porque interessa a esse governo promover essas ações. Então, é preciso analisar com cuidado por que motivo essas emendas foram vetadas. Obviamente não foram vetadas pelos motivos que o Deputado alegou.

Segundo, eu queria lembrar todos que aderem e que estão de acordo a votarem no plebiscito que está em curso desde segunda-feira até o dia 7 de setembro. É necessário, é fundamental, e é essencial para o Brasil uma reforma política que estabeleça novas regras para o processo eleitoral brasileiro. Quem não tiver acesso a uma urna, pode votar pela internet: www.plebiscitoconstituente.org.br. Como cidadãos, cidadãs, vamos votar e fazer com que a vontade da população brasileira possa ser atendida pelas autoridades, pelo Congresso Nacional, pelo Governo Federal, por todos. Que possamos criar um movimento concreto de todos os brasileiros e brasileiras no sentido de se reverem, de fato, as atuais regras eleitorais, que têm transformado o processo político brasileiro num verdadeiro caos. A cada dia mais fica evidente o peso que tem o dinheiro, o peso que tem o poder econômico no processo eleitoral, e não é isso que queremos. Queremos mais democracia, mais igualdade para todos os candidatos disputarem em condições idênticas o processo eleitoral. É preciso, portanto, fazermos esse debate e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

participarmos. Vamos fazer com que todas as pessoas votem no plebiscito. Vamos criar uma opinião pública favorável a esse movimento nacional pela reforma política, que é o que, de fato, vai permitir criar condições para uma nova política no nosso País. Falar em nova política com as velhas regras, realmente, é falar em vão, porque não se fará nenhuma nova política se essas regras se mantiverem.

Por último, Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que inclua extrapauta, hoje, o Projeto de Lei nº 1.987, de 2014. Esse projeto abre crédito suplementar à Lei Orçamentária do Distrito Federal no valor de 20 milhões. O projeto é de interesse da Secretaria de Saúde e diz respeito à possibilidade de se dar continuidade à Carreta da Visão, política que a Secretaria vem colocando em prática. É preciso fazer frente às despesas do contrato da Carreta da Visão. Por isso eu peço a todos os Deputados que estão nos seus gabinetes que possam contribuir com essa votação, além dos demais itens da pauta da Ordem do Dia, para que a gente possa com isso cumprir uma missão importante. Para vocês saberem, mais de 50 mil consultas foram feitas na carreta da visão e cerca de 17 mil cirurgias já foram realizadas.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Concedo um aparte a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputada Arlete Sampaio, eu tive oportunidade de me encontrar com alguns médicos, se não me engano do HRAN – não lembro quais hospitais têm a especialidade de oftalmologia. Acho que é importante que o Governo do Distrito Federal reveja o pós-tratamento das carretas oftalmológicas. Eu acho um projeto interessante, é importante a gente votar isso, sim – a gente vê o número de pessoas que é atendido –, mas o pós-atendimento ainda está muito precário. O governo precisa montar isso, especializar isso e ver como é que vai ser feito, porque a pessoa não volta à carreta se houver qualquer tipo de complicação. Nós já recebemos denúncias na Comissão de Assuntos Sociais de pessoa que fez a cirurgia, não ficou 100% e não consegue ter um atendimento pós-operatório.

Então, é importante o Governo do Distrito Federal montar também uma equipe pós-cirúrgica, já que são feitos mutirões e, sempre que se atende em grande escala, pode haver complicações pós-cirúrgicas. Eu queria deixar esse registro porque foi um apelo que os próprios médicos fizeram, para que isso seja organizado dentro da Secretaria de Saúde.

Quero aproveitar também a fala de V.Exa. sobre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Nós fizemos aqui na Câmara Legislativa uma homenagem de minha autoria ao Dia Internacional do Índio. Tivemos também muitas reclamações dessa população que é esquecida e deveria ser vista com um olhar especial por essa secretaria. Com muito custo, um índio conseguiu ser nomeado lá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

A reclamação, Deputada Arlete Sampaio, é que o Memorial dos Povos Indígenas hoje é cuidado por um branco. Há outra coisa que eles colocam: “Deputada, nós somos vivos; memorial é para quem está morto”. Quanto ao Memorial dos Povos Indígenas, até a mudança do nome eles questionaram. Foi uma audiência pública bem emocionante, Deputada, e eu acho que é algo que a gente poderia rever, repensar com essa população indígena. Nós temos quase 6 mil indígenas aqui no Distrito Federal, e eles não têm acesso ao memorial que deveria ser deles também. Então, eu gostaria de deixar esse registro a V.Exa., como Líder do Governo, para que a gente fizesse um atendimento, pensasse na mudança deste nome – talvez Encontro dos Povos Indígenas. Afinal, quando a gente chama de memorial, talvez esteja matando essa cultura, que é nossa, não é?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

Apenas para lhe informar, em relação à questão indígena, eu também recebi uma delegação de indígenas e eles passaram a mim todas essas reivindicações que colocaram na audiência que V.Exa. realizou. Eu já despachei com o Secretário da Cultura a respeito dessas questões, e acho que muitas delas são viáveis de serem revistas. Nós vamos conseguir fazer que várias dessas reivindicações sejam atendidas.

Com relação à questão da oftalmologia, estou completamente de acordo com V.Exa. A carreta da visão tem a finalidade exclusiva de fazer que a fila existente, a demanda reprimida de cirurgias de catarata possa ser resolvida. Ela não dá conta de resolver o atendimento normal que a oftalmologia tem que fazer, não só para os casos de retorno pós-cirúrgico, como também para diversas outras patologias, inclusive aquelas que as carretas não operam, porque exigiriam um espaço muito mais competente. Eu mesma já procurei o Secretário de Saúde porque é preciso que a Oftalmologia do Hospital de Base, que é a mais sofisticada de todas as áreas que fazem oftalmologia, possa... Quase todos os hospitais regionais têm oftalmologistas que fazem exames, mas quem tem uma equipe mais qualificada para atender complicações a casos mais difíceis é justamente o Hospital de Base. Então, eu concordo inteiramente. É preciso que o Hospital de Base e outros hospitais tenham estrutura para atender de maneira adequada todos os casos que precisam de atendimento na área de oftalmologia.

Sr. Presidente, era isso.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel Batista.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero noticiar a honra de ter entre nós, hoje, em visita, o Professor Lozetti. O Professor Lozetti, V.Exa. conhece, está há quarenta anos percorrendo as cátedras no plano do Direito – Direito Público, Introdução ao Direito, Direito Internacional... Recentemente, concluiu o seu doutorado na defesa da aplicação de estatutos internacionais ao Direito de Transição aqui no Brasil e, hoje, está nos visitando. É muita honra para nós, para mim e para o mestre Willemann, que é também professor do Ceub – eu sou professor licenciado do Ceub – receber o mestre Lozetti, trazendo sua cultura vastíssima aqui para nós, para o nosso aprendizado. Esta Casa está sempre aberta ao aprendizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria que V.Exa. registrasse isso nos anais.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Vou registrar sim.

Seja muito bem-vindo, professor. Esta Casa tem muita honra em receber alguém que se dedica a educar os nossos futuros juristas e advogados. Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Prof. Israel Batista, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, um dos temas que me traz hoje à tribuna desta Casa é o concurso para Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Nesta tarde, quero falar sobre o quadro de procuradores e sobre o último concurso realizado no final do semestre deste ano, quando 34 candidatos foram aprovados. Todos eles passaram pelas provas objetivas, subjetivas, oral e de títulos, conforme previa o edital.

Venho defender aqui, Deputado Chico Leite, a imediata nomeação dos aprovados para a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que tem, além da sua importantíssima função arrecadatória, a responsabilidade de representação e defesa judicial do Distrito Federal, aí incluídos o governo e a população. Quero ressaltar as tantas vitórias obtidas pela Procuradoria do Distrito Federal nos últimos anos, como a manutenção das viaturas policiais na rua; a manutenção das novas licitações e contratos de concessão de transporte urbano; o afastamento de indenizações de antigas concessionárias; e, pasmem, a economia de 300 milhões de reais em uma ação que determinava a devolução do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Nobres pares, é importante ressaltar a criação de várias varas de atuação dos procuradores. É fato, Deputado Chico Vigilante, que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios vem, a cada ano, se expandindo e se especializando para suprir a crescente demanda judicial existente. Só nos últimos cinco anos foram



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

criadas sete novas varas e três juizados. Somente esse dado, Deputado Joe Valle, já seria suficiente para um aumento do quadro de procuradores. Mas, ao contrário, a Procuradoria do Distrito Federal não vem acompanhando esse crescimento do Tribunal de Justiça, o que faz que haja ainda uma sobrecarga de trabalho dos atuais procuradores.

Somente para se ter uma ideia, o último concurso realizado para procurador no Distrito Federal, Deputada Celina Leão, foi em 2007, e a última nomeação ocorreu em 2011. Portanto, há cerca de três anos não existe cadastro de reserva e não há recomposição dos cargos, enquanto para promotores e juizes realizam-se concursos para reposição de cargos anualmente.

Somente no ano passado, houve seis vacâncias no cargo de procurador, aumentando ainda mais o déficit de pessoal. Hoje, esse número é de aproximadamente sessenta cargos vagos, um número bem superior ao de aprovados no concurso realizado este ano – 44 aprovados.

Para finalizar, quero registrar que o aumento no quadro de procuradores representará mais segurança jurídica, ampliando a defesa do Estado, judicialmente.

Quero aqui parabenizar todos os aprovados no concurso e pedir que tenham fé de que serão empossados brevemente. Vocês podem continuar contando com esta Casa nessa defesa. Mais uma vez, peço o apoio do governo. Falei na semana passada com o Secretário de Administração, Wilmar Lacerda, e estou aqui, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. que é o Líder do PT, pedindo o apoio do governo para que os 44 aprovados sejam convocados para completar o quadro de vagas existentes. Será a realização de um sonho, depois de uma batalha tão árdua e tão difícil como é essa do concurso para procurador do Distrito Federal.

Quero, ainda, Sr. Presidente, tratar de outro assunto. Quero falar, também, sobre a Academia Taguatinguense de Letras, que este ano, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Alírio Neto, completa 27 anos de existência. E, para mim, é uma grande honra poder sair em defesa de uma das entidades culturais mais atuantes do Distrito Federal. Nossa Academia de Letras já esteve presente na Feira Literária do DF, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e na I Bienal Brasil do Livro e da Literatura. A entidade apresenta um extraordinário trabalho voltado à valorização de autores, escritores e artistas que, de uma maneira ou de outra, contribuem com a disseminação do conhecimento.

Deputada Arlete Sampaio, reconhecida como Patrimônio Cultural Material e Imaterial pela Lei nº 5.159, de 2013, a Academia de Letras tem também um trabalho de responsabilidade social, com a inclusão de escritores excepcionais e com deficiências físicas, e a doação de cerca de 2 mil livros para escolas, além de manter um acervo de preciosos documentos da memória de Taguatinga e dos pioneiros do Distrito Federal. Esta semana, participei de reunião com os membros da Academia, e hoje estou aqui para pedir ao Governador do Distrito Federal uma série de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

reivindicações já solicitadas em ofícios, como a de incluir a Academia no tombamento definitivo do Espaço Cultural de Taguatinga, a reforma do telhado, visando à proteção do patrimônio, e a regulamentação do parágrafo 2º do artigo 235 da Lei Orgânica, que institui a literatura brasileira no currículo das escolas públicas do Distrito Federal. É importante ressaltar que o espaço onde funciona a Academia precisa, também, de limpeza e manutenção das áreas verdes, de segurança permanente, de reforma de calçada e escadaria, assim como iluminação na área interna e externa. Esses são alguns itens que estão contidos no ofício encaminhado pela Academia de Letras ao governo, o qual estaremos reforçando por meio de um documento desta Casa.

Portanto, Deputado Chico Vigilante, Deputada Arlete Sampaio, eu estive ontem com os membros, eu estive no espaço da Academia Taguatinguense de Letras. É uma coisa deplorável, Deputado Alírio Neto. É uma sala amontoadas de livros, com dois ou três sofás no meio desses livros. E no próprio espaço que existe lá, Deputado Prof. Israel Batista, V.Exa. que é professor de História, tão importante, há um espaço que é alugado para uma clínica particular dentro de uma área pública, enquanto a Academia está espremida e os vazamentos do telhado prejudicando documentos que fazem parte da história do Distrito Federal.

Portanto, faço esse apelo ao governo, para que olhe com bons olhos para a Academia Taguatinguense de Letras, porque é lá, através dos seus documentos, que nós podemos fazer uma viagem na história do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava no meu gabinete e ouvi o discurso do Deputado Chico Vigilante. Fiz questão de vir ao plenário para dar uma colaboração para S.Exa.

O Deputado Wasny de Roure já fez várias reuniões, inclusive com o assessor jurídico do Governador, para ver a situação, Deputado Chico Vigilante, dos bombeiros. Primeiro, não precisa tirar ninguém da folha de pagamento. Nós já vivemos uma situação como essa. Policiais militares, precisamente 162 policiais militares, segunda classe, entraram na Polícia Militar por liminar, concluíram o curso, continuaram brigando na Justiça e passaram quinze anos na instituição recebendo apenas metade da remuneração, inclusive trabalhando internamente sem poder sair para atividade externa, Deputado Prof. Israel Batista. E nós conversamos, à época, com o Governador. Nós éramos Oposição, inclusive. Fomos ao Tribunal de Contas, conversamos com Paulo César Ávila, e foi feito um decreto pelo Governador. Já que todos esses policiais já tinham problemas na justiça com liminar, seja em função do edital do concurso, de tudo, e devido à economicidade do Estado – porque o Estado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

gastou para fazer com que esses policiais, Deputado Chico Vigilante, concluíssem o curso, fossem para as ruas –, foi feito um decreto em que esses policiais foram efetivados na Polícia Militar. A situação foi resolvida, e só há uma possibilidade de esse decreto do Governador ser revogado ou ser anulado: com 13 votos na Câmara Legislativa; é a única forma de derrubar um decreto do Governador. Ou se o Tribunal de Contas, depois de um ato consolidado – porque o tribunal não pode agir antes do ato consolidado –, depois do ato consolidado, se ele fizesse alguma manifestação. E nós fomos ao Tribunal mostrar que, se o Tribunal agisse, seria pior para o Estado.

Então, a situação dos bombeiros, Deputado Chico Vigilante, por que o Deputado Wasny de Roure e outros Deputados também já brigaram, é muito simples, Deputado Prof. Israel Batista: só falta a vontade política do Governador Agnelo Queiroz. Baixe um decreto! Regularize a situação, independente de qual seja a questão do edital ou da liminar da Justiça. Baixe um decreto, regularize a situação, dê estabilidade jurídica a esses profissionais e à sociedade. Essa é a situação. Então, do que nós precisamos é que o Governador baixe o decreto. É o que eu vim dizer aqui. Se quiser que nós assessorem, nós temos assessoria competente para isso, temos a cópia do decreto publicado no Diário Oficial no ano de 2009, é só publicar o mesmo decreto ou fazer alguma reformulação dentro da questão jurídica e dar uma estabilidade jurídica a esses profissionais e à sociedade.

Deputado Chico Vigilante, essa é a situação, mas depende de quem? Única e exclusivamente do Governador Agnelo Queiroz, que é quem decide; então, é vontade política. Como eu sei que o Deputado Chico Vigilante, como diz o Deputado Dr. Michel, tem um telefone vermelho que fala com o Governador o tempo inteiro, então é só ligar para o Governador, pedir, baixar o decreto e a situação desses profissionais já estará resolvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Muito obrigado, Deputado Patrício.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. colocar na Ordem do Dia o Requerimento nº 3.374, de 2014, de minha autoria, que “requer realização de audiência pública no dia 16 de setembro de 2014, às 19h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater a implantação do alvará digital no âmbito do Distrito Federal”. Também solicito a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 3.373, de 2014, que “requer realização de audiência pública no dia 8 de setembro de 2014, às 15h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater o Projeto de Lei nº 1.964, de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de formação de curso superior em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Administração para ocupação de cargo de Subsecretário de Administração Geral, SUAG, e de Diretor-Geral de Administração, DAG, no âmbito do Governo do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Acato a solicitação de V. Exa. e, se houver *quorum*, será tudo analisado.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

DEPUTADO DR. MICHEL (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar todos os meus pares. Eu não poderia deixar de parabenizar o Deputado Joe Valle pela passagem de seu aniversário. Que Deus lhe dê muitos e muitos anos de vida e que você possa, em muitos e muitos anos, estar junto conosco para podermos comemorar. Não é todo dia que se faz 50 anos. É uma vez só na vida. Cinquentão o meu amigo está fazendo.

Mas venho aqui hoje, Sr. Presidente, falar de alguns pontos de que eu não poderia deixar de falar. Primeiro, nós temos que parar com esse negócio... Eu quero aqui me ombrear ao Deputado Agaciel Maia, que esta sessão preside: estou cansado de vir aqui falar dessa questão de concurso. As pessoas têm que estudar, têm que passar no concurso e depois têm que ficar mendigando a nomeação. Isso é um absurdo! Isso não pode acontecer no âmbito do Distrito Federal, e o pior é quando deixam vencer os concursos com concursados aprovados! Aí é que dói mais ainda! Eu acho que essas pessoas que deixam os concursos vencer não devem ter mãe, não, porque não sabem a dificuldade que é para fazer um concurso, para passar num concurso, para deixarem um concurso vencer!

Então, eu queria aqui, neste momento, ombrear-me com o Deputado Agaciel Maia e com V.Exa. também, que é um educador – e me sinto lisonjeado quando vejo um professor da magnitude do nosso Deputado Chico Leite e do outro professor que estava ali. Eles sabem a dificuldade que é passar em um concurso. O GDF está com esta questão agora: as pessoas passam, eles não contratam. As pessoas passam e eles deixam vencer o concurso. Que absurdo é esse! Vão fazer um concurso para verem a dificuldade que é, independente da carreira e do nível! Nós precisamos rever isso. Temos a questão da Polícia Civil, com 217 concursados que já fizeram academia, mas o povo não está nem aí para nomear nem nada. Fica uma dificuldade danada. Eu quero aqui me ombrear com os procuradores, os defensores públicos que estão nessa mesma situação, os policiais civis... Aliás, eu vou parar de falar, senão passarei a tarde toda falando dos concursados que não foram chamados. Nós temos uma das melhores leis dos concursos do Brasil, eu queria que a lei fosse válida, que fizéssemos as coisas valerem.

Eu não poderia deixar de vir aqui falar também de uma situação grave que está acontecendo dentro do Distrito Federal, e ninguém está observando. Fui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

convidado hoje para ir ao IML, não para fazer corpo de delito, mas para conversar com os servidores, que não estão satisfeitos. Quase todas as carreiras do Distrito Federal foram reestruturadas, e esses abnegados que lá incognitamente ficam fazendo seus trabalhos, muitas vezes perícias, trabalhando diuturnamente para dar uma satisfação aos entes queridos, já estão em estado de greve. Estado de greve! Imaginem se a esta altura do campeonato, chegando ao final de uma legislatura, de um mandato, o IML entra de greve porque esses trabalhadores viram todas as outras categorias serem reestruturadas, e a deles não. Nós não podemos fazer diferenciação entre funcionários do GDF. Precisamos fazer justiça.

DEPUTADO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, quero parabenizá-lo pela intervenção, por ser um defensor não só dos policiais civis, mas de todos os servidores públicos do Distrito Federal.

Se nós contratamos neste governo mais de 34 mil servidores públicos concursados, fortalecendo a máquina pública e o estado – que não pertence a ninguém, mas à população –, é bom lembrar, Deputado Dr. Michel, que V.Exa. tem uma grande parcela nisso. Eu não posso deixar de reforçar a questão dos AVAS e ACS. V.Exa. foi lá, brigou ferrenhamente, fez audiência pública para que fosse estabelecido o plano de cargos e salários e a situação desses profissionais.

Quero concordar com V.Exa. quando diz que nenhum servidor pode ser tratado de forma diferenciada. Eu vim aqui justamente para isto, Deputado Agaciel Maia: para dizer que nós tivemos um tratamento diferenciado no Distrito Federal. Aprovamos aqui 32 planos de carreiras de todos os profissionais do Distrito Federal, mas não aprovamos o plano de carreira dos policiais e bombeiros militares, é bom lembrar.

Nós apresentamos... Eu tenho orgulho de dizer que passamos mais de dois anos debatendo com os policiais e bombeiros militares. Diferente do topo da corporação, Deputado Agaciel Maia, Deputado Dr. Michel, nós debatemos com oficiais e praças. Fizemos um plano que atendeu todo o segmento da corporação. Entregamos ao Governador, que determinou ao comando da PM e dos bombeiros que fizessem um novo plano e uma nova proposta, que na verdade – V.Exa. até riu – foi um desastre. Quem não conhece a cabeça de um oficial? V.Exa. foi soldado, depois decidiu sair e ser delegado de polícia, e sabe disso.

Então, eu tenho convicção e a história mostrou no governo do ex-governador Roriz, no do ex-governador José Roberto Arruda, e agora no governo do Agnelo Queiroz, nosso Governador, que as instituições realmente apresentam os planos, mesmo os Parlamentares, Deputado Agaciel Maia, Deputado Dr. Michel, apresentando alguma proposta. Mas é preciso que o governo entenda que os praças da Polícia Militar e dos bombeiros, que representam 96% da instituição, querem o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

plano que foi construído com a totalidade da corporação, que hoje está nas mãos do Governador. Se o Governador quer ganhar a eleição e, mais do que isso, quer cumprir as promessas e atender a categoria, é só encaminhar o plano que foi apresentado a ele, que não é meu. Na verdade, Deputado Dr. Michel, nós fizemos uma audiência pública aqui com o ex-secretário de segurança pública, que eu cansei de chamar de rainha da Inglaterra. Hoje ele é candidato. Na audiência pública, eu o chamei de frouxo e não retiro as minhas palavras. A situação da segurança pública é uma realidade hoje em função da posição dele. Fizemos esse plano com a participação de todos.

Quero aqui parabenizar V.Exa., a Deputada Celina Leão, o Deputado Joe Valle, a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Prof. Israel Batista e todos os Deputados que estão aqui, porque depois de várias assembleias e mais de dois meses de operação tartaruga, recebemos nesta Casa, com doze policiais militares presos, manifestações de policiais e bombeiros. Fomos até o Congresso Nacional, Deputada Arlete Sampaio, lá conversamos com o Presidente da Câmara dos Deputados, depois de fecharmos o Congresso Nacional, e os policiais foram colocados em liberdade. Por mais que alguém conte a história da teoria do caos, da qual eu participei, Deputado Dr. Michel, quem dera eu tivesse a inteligência de mandar prender e depois soltar. Eu queria ser tão inteligente assim, mas não sou, porque sou cabo de polícia. Quando eu voltar como cabo, todos vão ver.

Eu quero dizer a V.Exa. que brigamos para soltar os policiais, os quais foram soltos. Depois apresentaram esse plano. A situação que vivemos no passado, e vemos hoje, é fruto de uma consequência. Esta Casa, Deputado Agaciel Maia – V.Exa. é Vice-Presidente e preside a sessão hoje –, também tem culpa e uma parcela de responsabilidade. Casa um dos Deputados no plenário tem de fazer uma reflexão e assumir sua culpa. É fácil fazer o discurso no plenário ou na rua.

Esta Casa aprovou um requerimento de convocação do comandante e do corregedor da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para apurar a prisão dos policiais, porque tivemos um estado de arapongagem, Deputado Joe Valle e Deputado Chico Leite, que é procurador de Justiça. Comprovamos essa arapongagem. A empresa que arapongou os policiais militares é contratada pelo Corpo de Bombeiros. Por meio da Casa Militar, foi lá e arapongou com testes os policiais militares no Facebook. Depois, os policiais foram presos. Os inquiridos estão na auditoria militar para comprovar isso.

Esta Casa não cumpriu o seu papel, porque depois de aprovado o requerimento, não trouxe aqui os responsáveis pelas prisões, que são os comandantes e os corregedores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, para serem ouvidos. Cada um dos Deputados é responsável e culpado pelas prisões dos policiais militares e pela apresentação do plano de cargos e salários que hoje é apresentado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

V.Exa. lembra quando marchamos a pé até o Congresso Nacional, pois V.Exa. foi caminhando, e colocamos que traríamos aqui os comandantes. Não aprovamos o requerimento no plenário, porque sabíamos que não teríamos votos suficientes, Deputado Chico Leite, mas a Comissão de Segurança aprovou o requerimento. É bom que atribuamos responsabilidades, pois cada um é responsável pelo seu ônus. Estamos em um processo eleitoral, é fácil chegar a uma base e pedir voto. A Presidência da Casa e a Mesa Diretora não tiveram a coragem, a altivez, a autonomia e a independência do Legislativo para trazerem aqui os comandantes e os corregedores para serem ouvidos na Câmara. Fizeram vista grossa, com o requerimento aprovado, e não os trouxeram aqui. Até hoje os policiais esperam, respondendo à auditoria militar.

O plano de carreira, que é um massacre à categoria, depois de lutarmos por mais de vinte anos, está aí apresentado. Estou tranquilo, Deputado Agaciel Maia, porque tenho certeza de que o Congresso Nacional, diferente desta Casa, irá mudar a legislação da segurança pública e dos policiais e bombeiros militares, independente de forças externas.

Quando fui presidente da Casa, lutei pela autonomia da Câmara Legislativa, enfrentei o Palácio do Buriti, enfrentei o Executivo, enfrentei a imprensa. No Congresso Nacional, enfrentarei do mesmo jeito, para que esses profissionais sejam honrados e respeitados. A realidade de hoje também tem a culpa desta Casa, que tem de se posicionar não só no discurso, porque não trouxe aqui as autoridades, com um requerimento aprovado.

Era isso o que eu queria colocar. Esperei muito tempo, inclusive, mais de seis meses, para dizer isso aqui. Nenhum dos Deputados veio defender que esses comandantes viessem aqui, Deputado Dr. Michel. Se o comandante da Polícia Militar, o Coronel Anderson, tivesse vindo aqui, ou o comandante dos bombeiros, esse plano de carreira não teria sido apresentado. Não é essa a realidade hoje. Não adianta pedir para virem discutir o plano de carreira aqui na Câmara, porque esta Casa não tem autonomia para discutir e legislar sobre segurança pública, e sim o Congresso Nacional. É lá que se fazem as discussões sobre segurança pública, é lá que iremos travar batalhas e sairmos vencedores desse processo.

Um grande abraço e obrigado pelo aparte.

DEPUTADO DR. MICHEL – Só para complementar, quero dizer a V.Exa. que assumo *mea culpa*, mas tenho autonomia em todos os lugares a que fui. Inclusive, fui um dos que pediram aqui em plenário para que nós obstruíssemos a pauta enquanto não fossem liberados os policiais. Eu disse que bandido bom é bandido preso, sem regalia, e que chegaria um tempo em que veríamos as pessoas de bem presas e os bandidos soltos. Chegou-se a esse ponto. Eu vi policial militar, bombeiro militar preso enquanto o bandido estava solto, Sr. Presidente. Por isso, eu, com 140 quilos – hoje eu baixei 20 quilos –, mesmo morrendo, desci daqui até lá embaixo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

caminhando, em uma ação de protesto contra a prisão daqueles policiais e hoje venho aqui assumir a tribuna.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, eu quero agradecer a paciência de V.Exa. e a parcimônia do Presidente.

Na verdade, eu pedi um aparte para fazer uma manifestação específica acerca desse tratamento do servidor público. Antes disso, em preliminar, eu quero irmanar-me com o Deputado Patrício nas colocações que fez. Primeiro, é um escândalo que o plano de carreira não passe pelo debate nesta Casa. É um escândalo! Um absurdo! E eu quero requerer ao Presidente que officie em nome da Casa, senão o faremos na Comissão de Constituição e Justiça. Vou propor isso, para que o plano venha a debate nas duas comissões – na Comissão de Segurança e na Comissão de Constituição e Justiça – para que façamos o exame nas comissões específicas, independentemente de qual partido, de qual diretriz. Isso não é o mais importante. O mais importante, neste momento, é o debate acerca do plano de carreira das nossas forças. Isso é fundamental. Nós precisamos resgatar isso. Nós precisamos fazer entender que essa valorização é fundamental.

Então, eu quero requerer à Presidência que assim o faça. O plano não pode ir para o espaço federal sem antes passar por um debate entre os representantes da sociedade do Distrito Federal nas comissões específicas: Comissão de Segurança e Comissão de Constituição e Justiça.

O outro tópico, ainda da preliminar, é que, Deputado Patrício, a rigor, nós não podemos trabalhar com culpas. Nós precisamos trabalhar com responsabilidades. É assim que a psicologia moderna ensina: olhar para frente. Em realidade, se há efetivamente esse indicativo, Deputado Patrício, eu, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, estou esperando cópia dos autos com os indicativos que recolocarei a discussão na Comissão de Constituição e Justiça. Não importa o cargo, não importa o partido. Deve responder. Aliás, eu sou daqueles cearenses que pensam – mas todo o Brasil pensa assim – que quanto mais próximo, mais deve apanhar se praticar o crime, senão não tem moral para falar dos de fora. Se estiver entre os nossos, aí que nós temos que fazer a crítica.

Na verdade, eu vim falar sobre outra coisa na linha do Deputado Dr. Michel, Sr. Presidente Deputado Agaciel Maia. Eu recebo a visita aqui do Marcão, Presidente da Associação dos Servidores da Codeplan; da Meire, também servidora; e do Presidente do Sindiser, companheiro Valentim. Eles me noticiam algo que me deixou – e se o Presidente Deputado Wasny de Roure estivesse aqui também certamente assim ficaria – extremamente envergonhado. Nós fizemos uma reunião e o Presidente Deputado Wasny de Roure ajudou uma barbaridade. Foi S.Exa., inclusive, que marcou. Em minha opinião, a secretaria tinha que vir à Casa Legislativa, mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

nós fomos lá. O Presidente Deputado Wasny de Roure entendeu, com a humildade que lhe é peculiar, e nós fomos lá. Fizemos uma reunião com os servidores da Codeplan, com a secretária adjunta, Dra. Jaqueline, e ficou acertado com o Secretário de Planejamento. O Secretário de Planejamento noticiou a todos nós que naquela mesa estávamos – o Deputado Wasny de Roure estava conosco, dirigindo a reunião como Presidente desta Casa, a Dra. Jaqueline, da Secretaria de Administração e o Secretário de Planejamento. O Secretário de Planejamento anunciou: “Já mandei o parecer acerca do PDVI da Codeplan me posicionando favoravelmente”, fixando um cronograma e agora falta a reunião do chamado Conselho de Recursos Humanos. A Dra. Jaqueline anunciou naquela mesma reunião que se reuniriam agora no final do mês, depois citando a data do dia 29. Tudo o que diz respeito à gestão de recursos humanos tem que passar por esse conselho para ali se definir. Eu imaginei sair daquela reunião com a convicção de que tinha sido acordado, porque, pelo menos na minha vida pública é assim: com antipatia, com simpatia, com vaia ou com aplauso, eu só tenho uma palavra, porque antipatia e simpatia passam. O que não passa é o princípio. É nele que a gente deve se assegurar. Eu vivo perdendo voto por causa do princípio. Isso não é um problema grave, problema grave é quando você perde a palavra. Deram a palavra, e agora eu recebo a notícia dos companheiros e da companheira que representam a categoria dizendo que a reunião não ocorreu. Isso é um escândalo. Isso nos envergonha. Eu quero requerer ao Presidente que officie à Secretaria de Administração pedindo explicações. Nós vamos officiar. Nós que recebemos a notícia vamos pedir explicações.

Eu falava ao Deputado Patrício de culpas e de responsabilidades. Fosse eu o Secretário de Administração, fosse eu o Governador, tivesse eu dado a minha palavra, amigo e amiga, podia chover ou fazer sol, só há uma palavra. Sei que corro o risco das vaias e dos aplausos, mas só tenho uma palavra.

Então, eu quero registrar esse protesto e, aproveitando a fala do Deputado Dr. Michel, fazer esse registro, o registro do meu protesto nos Comunicados de Líderes, para dizer que nós vamos insistir, porque foi comprometido, inclusive, com cronograma e com parecer positivo do Secretário de Planejamento. Nós vamos officiar pelo nosso mandato. Eu acho que ficaria mais forte – eu acho que nenhum colega se oporia – se a Presidência officiasse em nome da Casa Legislativa, em nome de todos os Parlamentares, e todos os Parlamentares assumissem essa responsabilidade pela palavra dada.

Obrigado, Deputado Dr. Michel.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Chico Leite, V.Exa. falou em aparte. Eu gostaria que V.Exa. pedisse a palavra para que eu possa acolhê-la e fazer os respectivos ofícios.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO CHICO LEITE – Devo esperar o Deputado Dr. Michel terminar e pedi-la ou posso fazer isso agora?

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Pode fazer agora.

DEPUTADO DR. MICHEL – Então, eu vou me sentar.

DEPUTADO CHICO LEITE – Isso, com a permissão do Deputado Dr. Michel. V.Exa., inclusive, subscreve comigo, se desejar.

Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – A primeira solicitação é que seja oficiado ao Governador para que o plano de carreira de policiais e bombeiros militares seja recolhido e venha a esta Casa – antes de seguir, para se evitem os mil problemas que já são noticiados – para o debate na Comissão de Segurança e na Comissão de Constituição e Justiça a fim de que nós possamos fazer o debate e defender o interesse da sociedade e das corporações.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa. e solicito à Assessoria de Plenário que prepare o ofício para que a gente possa encaminhá-lo ao Governador.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – A segunda solicitação é que a Presidência oficie à Secretaria de Administração para indagar do cumprimento da palavra dada, naquela reunião, pela Dra. Jaqueline de que a reunião do Conselho de Direitos Humanos ocorreria no dia 29 – e não ocorreu –, protestando para que ocorra essa reunião ocorra o mais urgentemente possível.

Muito obrigado

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa. e solicito à Assessoria de Plenário que prepare os ofícios para que haja o encaminhamento ao Sr. Governador.

Eu devolvo a palavra ao nobre Deputado Dr. Michel para que ele possa conceder a palavra aos nobres colegas.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu estou falando como Líder. Pode ser aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Dr. Michel, se há uma coisa que não aceito, não admito, é injustiça. Vocês já me viram



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

aqui várias vezes nesta tribuna com muita raiva e brigando muito porque o sentimento de injustiça é algo que toma conta realmente da gente e, quando a gente vê, a gente fala.

Eu não acho justo dizer que toda esta Casa tem uma parcela de culpa. Com dois do nosso mandato, Deputado Dr. Michel, nós pedimos o *impeachment* do Governador Agnelo, junto à PM, pelas treze promessas não cumpridas. Eu solicitei isso aqui nesta Casa. Eu também fiz essa caminhada até a Câmara dos Deputados em que V.Exa. estava junto com o Deputado Patrício. Eu fiz um pronunciamento aqui, na semana retrasada, sobre a reestruturação. Então, eu não me sinto, de forma nenhuma, omissa junto à Polícia Militar. Pelo contrário, eu cumpri o meu papel, cobrei das autoridades públicas que cumprissem o que o Sr. Governador e o Vice-Governador colocaram no papel e assinaram.

Agora, se há alguns Parlamentares que aprovaram requerimentos nas suas comissões, ou se passou pela Mesa, ou se não foram convocados aqui, é necessário dar nome aos bois, porque, nessa época de campanha, está todo mundo muito corajoso. Mas nós tivemos momentos em que os Deputados foram arapongados aqui, e esta Casa ficou de cócoras, porque não teve a coragem de abrir uma CPI quando nós fomos arapongados.

Então, é muito bonito falar, lutar pela Polícia Militar. Agora, eu acho que falar que alguns policiais estão sendo perseguidos até hoje e que há requerimento aprovado e convocado é muito fácil. Vamos fazer a prova dos nove, vamos chamar para a semana que vem, se está todo mundo de acordo aqui. É legal jogar para a galera e sair. Vamos fazer. Eu, da minha parte, pela Liderança do PDT, estou de acordo em convocar.

Segundo, a audiência que o Deputado Chico Leite propôs eu já requeri, é de minha autoria. Vocês podem olhar que eu já requeri aqui fazermos um debater sobre o plano de reestruturação da Polícia Militar. Acho que não é um debate só meu, é um debate desta Casa. Mas eu já requeri.

Portanto, eu queria pedir aos colegas que não generalizem as coisas, porque quem está sempre presente, quem está sempre junto... É até uma ofensa para nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputada Celina Leão.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu ainda reivindico, peço, solicito a todos os Deputados que votemos hoje o Projeto de Lei nº 1.987, extrapauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Eu gostaria que o Deputado Dr. Michel concluísse a sua fala, já que não há possibilidade de pedir aparte em pronunciamento de Parlamentar. E também que questão de ordem fosse, realmente, questão de ordem, porque pede-se para fazer uma questão de ordem e se faz um discurso longo que, na verdade, não é uma questão de ordem.

Então, peço ao Deputado Dr. Michel que conclua sua fala, para que possamos, depois, encaminhar e votar esse projeto hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputada Arlete Sampaio, não posso subtrair o tempo do Deputado Dr. Michel em decorrência dos apartes concedidos. Portanto, eu devolvo a palavra ao Deputado Dr. Michel para que S.Exa. possa concluir seu pronunciamento.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço os apartes dos Deputados, bem como ao Presidente desta Casa.

Voltando à vaca fria, eu não poderia deixar aqui de continuar o meu discurso em prol desses abnegados que hoje trabalham lá no IML. Foi uma das categorias cuja carreira não foi reestruturada. Isso é um absurdo, isso é uma injustiça!

Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa., que está nesta Mesa hoje, que passasse ao nosso Presidente essa indignação e a preocupação com essa provável situação que pode acontecer e que é grave aqui no Distrito Federal: a paralisação dos trabalhos do IML. Por quê? Porque não houve a reestruturação, porque houve uma injustiça com esses servidores. Eles, na sua plenitude do trabalho, muitas vezes envolvidos com o trabalho, ficaram trabalhando demais e se esqueceram de reivindicar os seus direitos. Hoje, estão à míngua, vendo todas as categorias terem a carreira reestruturada e a deles paralisada no tempo. Isso não é justo.

Por isso eu digo: esse Governo Agnelo, pelo qual também trabalho, trabalhou demais, fez muito. Mas eu digo a V.Exa., Deputada Arlete Sampaio, que S.Exa. fez igual ao caboclo que bota um terno, mas não limpa o sapato: não realça. O homem fez tanta coisa, mas não está pegando. Por quê? Por causa dessas pequenas coisas que se tornam grandes. Não se pode deixar alguns servidores do mesmo Estado, do mesmo distrito reestruturados e outros não. Se ficar um para trás, esse um pode fazer um estardalhaço em relação aos outros que foram reestruturados.

Ao mesmo tempo, venho aqui agradecer ao Governador Agnelo, bem como à Secretaria de Saúde. Nós fizemos uma indicação, e, das poucas indicações que foram atendidas, a Carreta do Homem está entrando em ação. Carreta do Homem. Nós temos a Carreta da Mulher. Qual é a discriminação? Não estou entendendo? Carreta do Homem. O homem vai ter direito de fazer o seu tratamento na localidade onde mora, assim como as mulheres, assim como as pessoas que têm catarata. V.Exa. pode ter certeza: a Carreta do Homem é muito bem-vinda, principalmente nas periferias do Distrito Federal, onde os homens não têm acesso a tratamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela Carreta do Homem. Eu não conhecia. É um grande projeto. Deputado Dr. Michel, qual é a função da Carreta do Homem?

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte do Deputado Cristiano Araújo.

Deputado Cristiano Araújo, na Carreta do Homem, há um proctologista, para realizar exames; há um nefrologista, para realizar exames de rins; há um urologista, para fazer exame das genitálias masculinas; e assim sucessivamente. Assim como há ginecologista, há também especialistas para atenderem homens, que, lá na periferia, na Vila Rabelo, no Pôr do Sol e no Sol Nascente, não têm acesso a esse tipo de assistência à saúde. Então, a Carreta do Homem existe graças a uma indicação que foi atendida por este governo do Novo Caminho, em que nós ainda acreditamos. Quando eu não acreditar, eu pulo fora. Mas eu ainda acredito. Então, eu quero agradecer a este governo por ter feito a Carreta do Homem.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a benevolência dos meus companheiros que aqui estão para que se solidarizem com os servidores do IML. Eles estão passando por uma situação difícil, pois a carreira deles não passou por reestruturação. Eles estão vendo as outras categorias, nem mais nem menos importantes, passando por reestruturação, enquanto a deles não foi reestruturada. Então, eu quero dizer aos companheiros do IML que estarei junto com vocês. Se os outros aqui também souberem, e vão saber, da importância que vocês têm para a sociedade do Distrito Federal, nós, os 24 Deputados que aqui estão, ombrearemos para tentar fazer justiça a esta categoria, que se sente injustiçada, e com razão, porque não teve sua carreira contemplada.

Sr. Presidente, eu quero dizer aos aprovados da Procuradoria e a todos os aprovados: vamos encher esta galeria, vamos cobrar dos Deputados que cobrem a nomeação de vocês, porque não é justo ser aprovado e não ser nomeado.

Sr. Presidente, muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Consulto os Líderes se podemos entrar na Ordem do Dia, superando os Comunicados de Parlamentares, e se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nº 1 a nº 85, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje de manhã, eu estive na Secretaria de Administração para ver a nomeação dos concursados. E uma coisa, Deputado Chico Vigilante, que eu pedi e falei para o Filippelli é que está todo mundo esperançoso demais em ser nomeado. Todos que passaram no concurso são pessoas que abriram mão do convívio das suas famílias, dedicaram-se totalmente a passar no concurso. Alguns até saíram dos seus estados de origem ou saíram dos seus empregos anteriores para fazerem os cursos e, agora, não são nomeados. Eu entendo que o governo, se não pode nomear no momento, poderia sinalizar com um cronograma de nomeação dessas pessoas. Eu acho que seria uma resposta a esses pais e mães, a esses cidadãos e cidadãs que acreditaram na proposta do governo de que haveria vaga, de que poderiam fazer, de que seriam chamados. Eu entendo que é dessa forma que temos de ajudar vocês, para que haja a nomeação que puder ser feita de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e uma previsão para que essa espera de vocês não fique tão angustiante. Foram essas as palavras que eu disse hoje para o Vice-Governador Filippelli. Nós do PMDB acreditamos que esse respeito tem de haver por parte do nosso governo, que apoiamos e em que acreditamos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se já há em plenário 13 Deputados, porque eu gostaria de fazer um comunicado. Se não houver, eu posso fazer uma questão de ordem. Percebo que há 12 Deputados em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Faltam 11 Deputados. Se V.Exa. puder...

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acho que o Deputado Washington Mesquita está descendo do gabinete, e, com ele, teremos *quorum*. Então, não há problema nenhum que o Deputado faça uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Quero cumprimentar todos os presentes e dizer que, para todas essas ações que beneficiam as pessoas, os cidadãos, vocês podem contar com a participação desta Casa, especialmente com a nossa participação.

Venho aqui, Sr. Presidente, para mais uma vez comunicar a morte de um catador que acaba de ocorrer. Acaba de ser encontrado no lixão o corpo do Sr. Chico Moura, catador há mais de vinte anos. Ele estava na empresa Valor Ambiental e, por um contingenciamento, diminuíram as pessoas, ele foi deixado sozinho naquela tarefa e o trator o esmagou junto com o lixo.

Eu queria dizer a V.Exa. e aos companheiros que essa é uma tragédia anunciada. Tenho falado aqui, insistentemente, nesta questão da incompetência da gestão do SLU. Na realidade, cada catador que morreu depois do dia 2 de agosto... Tivemos todas as oportunidades, a condição de fazer o fechamento do lixão. Foram três anos e sete meses com todo o apoio do Governo Federal, que veio para cá, e acontecer isso é realmente uma situação terrível para o Distrito Federal. Acho que o gestor deveria ser responsabilizado por esses erros. Graças a Deus que o corpo do Sr. Chico Moura não sumiu no meio do lixo e ele pode ser velado pela família. Mas é uma pessoa que ainda poderia viver muito tempo com a família.

Já fui a pelo menos sete enterros, no último ano e meio, de catadores que morrem naquelas condições subumanas e, em memória ao Sr. Chico Moura, quero deixar aqui a minha homenagem e – tenho certeza – também a homenagem desta Casa a esse catador que fez jus a ser amigo de todos. Mas deixo também o meu protesto à direção do SLU, que, logicamente, teve condição de cumprir o seu papel e não o fez. No meu entendimento, temos que responsabilizar o gestor por cada coisa que está acontecendo fora da ordem clara a ser cumprida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Estamos aguardando o Deputado Cristiano Araújo e o Deputado Washington Mesquita, para darmos início à Ordem do Dia.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria invocar o art. 90, inciso III, para que seja votado o Projeto de Lei nº 1.795, de minha autoria, pois já se exauriu o prazo das comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito à Assessoria da Mesa que faça a análise. Caso o projeto esteja em condições de ser votado, acato a questão de ordem de V.Exa. e o incluo na Ordem do Dia.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos as moções e os requerimentos em bloco, pelo processo simbólico. (Pausa.)

Havendo acordo, solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura dos próximos itens, para votação em bloco.

Discussão e votação, em bloco, turno único, dos seguintes itens:

Item nº 89:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 642, de 2014, do Deputado Agaciel Maia, que “manifesta apoio aos 87 chacareiros, moradores do Parque do Guará, que estão sendo notificados para desocupação de área, sem observar os procedimentos legais previstos na Lei nº 827/2010, art. 37, que Regulamenta o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC”.

Item 90:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 644, de 2014, do Deputado Cláudio Abrantes, que “congratula com o escritor Pedro Cesar Batista, por seu ingresso na Academia de Letras do Brasil – Seção Distrito Federal”.

Item nº 91:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 645, de 2014, do Deputado Rôney Nemer, que “moção de aplausos ao Doutor Marcos Paulo, Conselheiro Fiscal da Associação Socioambiental Carona Legal”.

Item nº 92:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 646, de 2014, do Deputado Rôney Nemer, que “moção de aplausos à Senhora Geicilene Pereira, Diretora Social da Associação Socioambiental Carona Legal”.

Item nº 93:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 647, de 2014, do Deputado Rôney Nemer, que “moção de aplausos à Senhora Luciana Loup, Tesoureira da Associação Socioambiental Carona Legal”.

Item nº 94:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 648, de 2014, do Deputado Rôney Nemer, que “moção de aplausos ao Doutor Eduardo Ranulpho, Secretário da Associação Socioambiental Carona Legal”.

Item nº 95:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 649, de 2014, do Deputado Rôney Nemer, que “moção de aplausos ao Senhor Valdir Braz de Azevedo, Presidente da Associação Socioambiental Carona Legal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.373, de 2014, do Deputado Agaciel Maia, que “requer a realização de audiência pública no dia 08/09/2014, às 15h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater o PL nº 1.964, de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de formação de curso superior em Administração para ocupação dos cargos de Subsecretário de Administração Geral – SUAG e Diretor de Administração Geral – DAG, no âmbito do Governo do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.374, de 2014, do Deputado Agaciel Maia, que “requer a realização de audiência pública no dia 16/09/2014, às 19h, no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater a implantação do Alvará Digital, no âmbito do Distrito Federal”.

Há *quorum* para deliberação. Estão presentes 13 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Evandro Garla.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EVANDRO GARLA) – Em discussão as moções e os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e os requerimentos estão aprovados com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.987, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária do Distrito Federal no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

A proposição não foi apreciada pela comissão.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer ou um dos membros da comissão para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Projeto de Lei nº 1.987, de 2014, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)”.

É o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	29



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2014

DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS (CEOF), sobre o Projeto de Lei n.º 1.987/2014 que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Autor: Poder Executivo

Relator(a): Deputado(a) AZEITE SAMPAIO

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, por meio da Mensagem n.º 229/2014 – GAG, o Projeto de Lei – PL n.º 1.987/2014, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

O art. 1º do PL abre crédito suplementar para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.

Pelo art. 2º, o referido crédito será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei n.º 4.320/1964, pela anulação de dotações orçamentárias constantes do Anexo I do PL.

Por fim, os arts. 3º e 4º tratam, respectivamente, das cláusulas de vigência e de revogação das disposições em contrário.

O Projeto de Lei está instruído com Exposição de Motivos, a qual informa que o crédito suplementar visa reforçar a dotação orçamentária do Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF, referente ao custeio de despesas com os serviços oftalmológicos realizados na Carreta Oftalmológica.

Os recursos necessários ao atendimento do crédito decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Casa Civil, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Secretaria de Estado de Obras, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, da Secretaria de Estado de Transportes, da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô, da Secretaria de Estado de Esporte e do Fundo de Saúde do Distrito Federal.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas no âmbito desta Comissão.

É o Relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF (art. 64, II, “b”), compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre proposições que versem sobre créditos adicionais.

A tabela abaixo mostra o resumo das alterações pretendidas pelo PL 1.987/2014:

Tabela 1. Alterações propostas pelo PL 1.987/2014

Suplementação	Fonte de Recurso
UO 23901 – Fundo de Saúde do DF. R\$ 20.000.000,00. Serviços assistenciais complementares em saúde.	UO 09101 - Secretaria de Estado da Casa Civil do DF. Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas. Execução de obras de urbanização. Revitalização de áreas urbanizadas. Reforma de edificações e espaços culturais do patrimônio histórico. UO 21101 – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF. Revitalização de parques. UO 22101 – Secretaria de Estado de Obras do DF. Reestruturação de sistemas de drenagem pluvial e obras complementares do programa águas do DF. Recuperação ambiental - programa águas do DF. Execução de obras de urbanização. Execução de obras de urbanização – Pró-moradia. Implantação de sistema de abastecimento de água. Implantação de sistema de esgotamento sanitário. UO 23901 – Fundo de Saúde do DF. Implantação de unidades de pronto atendimento – UPA. UO 24101 – Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF. Construção de unidades do sistema penitenciário. UO 26101 – Secretaria de Estado de Transportes do DF. Elaboração de projetos. Construção do Trevo de Triagem Norte – Ponte do Bragueto. Implantação de ciclovias. UO 26206 – Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ-DF. Implementação da Linha 1 do Metrô. Ampliação da Linha 1 do Metrô. Implantação do Metrô-Leve – VLT – Aquisição de trens. Aquisição de trens. UO 34101 – Secretaria de Estado de Esporte do DF.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Suplementação	Fonte de Recurso
	Implantação de infra-estrutura esportiva.

Quanto às normas legais que disciplinam os créditos adicionais, a proposição deve observar a Constituição Federal de 1988 – CF/88; a Lei Ordinária Federal n.º 4.320/1964; a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF; a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n.º 101/2000); o Plano Plurianual (Lei distrital n.º 4.742/2011); a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2014 (Lei distrital n.º 5.164/2013); e a Lei Orçamentária Anual – LOA/2014 (Lei distrital n.º 5.289/2013); sendo que tais normas foram cumpridas.

Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental, votamos pela **admissibilidade** e **aprovação** do **Projeto de Lei n.º 1.987/2014**, de autoria do Poder Executivo, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Sala das Comissões,

DEPUTADO
Presidente


DEPUTADO(A) ALETE SAMPAIO
Relator(a)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.987, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária para discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 1.987 de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)”.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 16h53min.)